

# ***“País não cumprirá as metas”***

**PETER T. KILBORN  
DO N.Y. TIMES**

O Brasil dificilmente conseguirá atingir as metas econômicas de austeridade com as quais o governo concordou há apenas um mês, em troca de uma nova ajuda por parte dos seus credores, acreditam economistas e empresários brasileiros.

Todo o programa de ajuda, destinado a auxiliar o maior devedor do mundo a resolver os problemas resultantes de mais de US\$ 90 bilhões em empréstimos estrangeiros, é uma “charada”, declarou Julian Chacel, diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e um dos economistas mais conhecidos do País. “Resta apenas saber quem está enganando quem”, disse ele.

Os países credores, o Fundo Monetário Internacional e o governo do presidente João Figueiredo apresentaram, todos, o programa em termos de “fazer ou morrer”. Mas os críticos do acordo e até mesmo vários funcionários que o negociaram acreditam que ele exige demais de uma economia que continua presa a uma recessão de três anos.

“Todos concordam que os bancos e o FMI exigiram o impossível e que o Brasil também prometeu o impossível”, declarou um especialista em economia brasileira — que pediu para não ser identificado — numa das principais instituições internacionais de crédito em Washington. E acrescentou: “Todos os que estão jogando a sério nesta partida sabem quão fina é a camada de gelo sobre a qual eles se locomovem”.

## **OPÇÕES**

A administração das dívidas brasileiras transformou-se num teste das severas exigências do FMI — de reduções nos gastos públicos e cortes nos índices da inflação — para reabilitar economias abaladas pelas dívidas. Caso este remédio seja rejeitado no Brasil, os credores terão de forçar o País a declarar uma incapacidade de pagamentos ou adotar termos mais liberais para a sua reabilitação.

Nenhuma destas duas opções é fácil. A incapacidade de pagamento poderá ser perigosa, não apenas para o Brasil, mas também para a economia mundial, incluindo-se os bancos ocidentais. Termos mais liberais, por outro lado, poderão levar outros países devedores a exigirem o mesmo tratamento, o que também colocaria em perigo os lucros bancários.